

OS GOVERNANTES E OS TRABALHADORES NOS ESPETÁCULOS DE PODER NO VARGUISMO E NO PERONISMO

Mayra Coan Lago¹

Resumo: Compararemos as festas dos 10 de novembro e Primeiro de Maio, durante o Estado Novo no Brasil, e dos 17 de outubro e Primeiro de Maio, durante o Primeiro Peronismo na Argentina, analisando o papel dos governantes e dos trabalhadores, assim como as estratégias de legitimação das comemorações, suas mudanças e permanências.

Palavras-chave: Trabalhadores. Festas cívicas. Getúlio Vargas. Juan Domingo Perón.

GOVERNORS AND WORKERS IN THE SHOWS OF POWER IN VARGUISM AND PERONISM

Abstract: We will compare the festivities of November 10 and May Day, during Estado Novo in Brazil, and October 17 and May Day,

¹ Doutoranda em História no Programa de História Social da Universidade de São Paulo. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Email: <mcoann@hotmail.com>.

during First Peronism in Argentina, analyzing the role of rulers and workers, as well as the strategies of legitimation of the celebrations, their changes and permanencies.

Keywords: Workers. Civic celebration. Getúlio Vargas. Juan Domingo Perón.

Introdução

De acordo com George Balandier (1980), o poder é concebido como um jogo dramático, que persiste ao longo do tempo e ocorre em todas as sociedades. Contudo, a produção de imagens, a manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial efetuam-se de modos variados. Concordamos com Maria Helena Capelato (2009) ao afirmar que, nas democracias, as potencialidades dramáticas são mais débeis, sendo que nos regimes autoritários, que se fundamentam na política de massas, a teatralização tem papel mais importante. O mito da unidade e a imagem do líder atrelado às massas tornam o cenário teatral especialmente adequado para o convencimento.

Nosso objetivo é analisar e comparar as festas cívicas dos 10 de novembro e os Primeiro de Maio, durante o Estado Novo, no Brasil, e os 17 de outubro e os Primeiro de Maio, durante o Primeiro Peronismo, na Argentina, com especial atenção ao papel que era oferecido aos governantes e aos trabalhadores nestes momentos. Para tal, utilizaremos como fontes os jornais e as revistas da época, assim como outros materiais produzidos pelos governos dos dois países.

No que se refere às celebrações cívicas, segundo Capelato (2009), a festa é um signo e faz parte de um ritual. Normas, regras, doutrinas e mesmo a coerção não são suficientes para fundamentar o consenso social e a legitimidade política de um regime, pois faltaria o movimento de símbolos e gestos que subentende toda a organização social.

Toda festa, como celebração, é também uma comemoração. Elizabeth Jelin (2002), tratando dos sentidos das que ocorreram durante as ditaduras militares no Cone Sul, afirma que a sociedade não compartilha as mesmas memórias nestes momentos. No tocante ao Estado, a festa constitui-se como um momento de memorização da história nacional, seja por meio de um acontecimento ou de personagem específico.

A memória, como uma operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra em tentativas conscientes do Estado em definir e reforçar o pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos distintos. Ainda segundo a autora, as festas sofrem transformações ao longo do tempo, sendo visíveis especialmente nas manifestações públicas e nos discursos políticos, quando comparados ano após ano.

Por ser um ato de lembrar em conjunto, não apenas aquilo que se celebra, mas a própria emoção da celebração, passado o momento, poderá ser “rememorada”, seja pelos meios de comunicação, pelos discursos políticos dos governantes ou mesmo nos anos subsequentes da data cívica, com o objetivo de seguir legitimando o regime vigente,

assim como destacar a importância da participação da sociedade no projeto político anunciado pelos líderes.

No tocante à escolha do método comparativo, segundo Maria Ligia Prado (2005), para comparar, é preciso escolher dois ou mais fenômenos, que pareçam apresentar certas analogias, em um ou vários meios sociais diferentes. Em seguida, descrever as curvas de sua evolução, constatar as semelhanças e as diferenças e, na medida do possível, explicá-las à luz da aproximação entre uns e outros. Deve-se estudar, paralelamente, sociedades vizinhas e contemporâneas, submetidas, em virtude de sua proximidade, à ação das mesmas grandes causas, remontando a uma origem comum, a fim de induzir a formulação de novos enfoques.

Durante o Estado Novo e o Primeiro Peronismo, o papel do Estado, do governante e da sociedade seriam repensados pelos seus líderes e seus aparatos burocráticos. A chegada dos líderes ao poder implicou a entrada em cena política de parte dos setores populares, especialmente dos trabalhadores.

No tocante aos trabalhadores, os governantes propunham a reformulação, especialmente discursiva, do trato da “questão social”. Como Angela de Castro Gomes (2002) demonstrou no caso brasileiro e nós consideramos também no caso argentino, tal reformulação seria composta pela combinação de aspectos “materiais”, como as políticas sociais e a legislação trabalhista, e de “imateriais” ou simbólicos, referentes aos imaginários sociais dos trabalhadores reinventados².

² Para maiores informações, ver Lago (2015).

Cordis. Dimensões do Regime Vargas, São Paulo, n. 18, p. 39-81, jan./jun. 2017. ISSN 2176-4174.

No que se refere às celebrações cívicas, estas compunham o calendário festivo destes governos. Nestes momentos, as imagens dos “novos” países, da legitimidade, da coesão e do apoio dos brasileiros e dos argentinos, sobretudo dos trabalhadores, aos “grandes líderes” deveriam ser reafirmadas. Estes momentos também eram emblemáticos, pois representavam o encontro entre os líderes e a massa, em que os governantes anunciavam ou reafirmavam os projetos políticos para seus países.

Dentre os espetáculos de poder, selecionamos os de 10 de novembro e os de 17 de outubro, pois representavam os marcos fundacionais do varguismo e do peronismo, momento em que os governantes comemoravam as condições que propiciaram sua chegada ao poder. Enquanto os Primeiros de Maio foram selecionados por serem, historicamente, uma data expressiva para os trabalhadores, que foi apropriada e ressignificada por Vargas e Perón, tornando a festa dos trabalhadores em festa do trabalhador, como mais um momento de exaltação aos governantes.

Embora este trabalho parta da perspectiva dos governos, não nos inspiramos nos trabalhos clássicos do populismo, por não concordarmos com determinadas abordagens, que homogeneízam os processos ou que consideram os trabalhadores como massa inconsciente e de manobra dos governantes. Ao contrário, nos inspiramos em autores e em obras relativamente recentes, como os de Daniel James (2013), Capelato (2009), Mariano Plotkin (2013), entre

outros, que procuram mostrar as especificidades e particularidades deste período complexo da história política brasileira e argentina.

Deste modo, analisaremos as estratégias utilizadas por estes governos para a produção e reprodução do suposto elo entre Vargas, Perón e os trabalhadores. Para tal, este artigo tem quatro partes, além desta introdução e das considerações finais. Nas duas primeiras apresentaremos as celebrações cívicas fundacionais dos dois regimes e nas duas últimas os Primeiros de Maio, nos marcos temporais mencionados.

Vargas, os trabalhadores e os 10 de novembro (1937-1945)

O Estado Novo foi instaurado com a dissolução do Congresso e a criação da Carta Constitucional, que legalizou um aparato de medidas, destinadas a estreitar o espaço das liberdades políticas³, a controlar os movimentos dos trabalhadores, a disciplinar a mão de obra e a industrializar o país. Neste cenário emergiu o Estado intervencionista, que fundou sua legitimidade na defesa do desenvolvimento econômico, na integração territorial, política e social, na ampliação dos direitos sociais, buscando a construção do progresso dentro da ordem. O regime que durou quase dez anos, em distintos momentos, contou com o apoio dos setores majoritários das

³ A Constituição de 1937 também legalizou a censura prévia aos meios de comunicação. A imprensa foi investida de caráter público, tornando-se instrumento do Estado e veículo oficial da ideologia estadonovista. Durante o período foram criados órgãos de controle e repressão, sendo o DIP o maior deles. De acordo com Capelato (2009), em 1940, 420 jornais e 346 não conseguiram registro no DIP. Os que tentaram manter a sua independência ou fizeram críticas ao governo tiveram a sua licença cassada (p.82).

Forças Armadas, da Igreja, de setores de trabalhadores e de parte dos empresários (CAPELATO, 2009).

Embora o período 1937-1945 corresponda à vigência do Estado Novo, este não pode ser entendido como um momento homogêneo. Deste modo, concordamos com a divisão do período em dois momentos, estabelecida por Gomes (2002): o primeiro, entre 1937-1942, caracterizou-se pelas reformas mais significativas e pela tentativa de legitimação do novo regime; e o segundo momento, entre 1942-1945, no contexto da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, ao lado dos aliados, caracterizou-se pelas contradições explícitas do regime. Destarte da divisão do período, devemos ressaltar que ambos foram definidos pelo autoritarismo, com intenso controle político e pelo cerceamento das liberdades em muitos planos.

As datas nacionais eram comemoradas e realizadas a partir de jogos de imagens e discursos políticos elaborados, primeiro pelo Departamento Nacional de Propaganda (DNP). Posteriormente, seriam elaborados pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e pelo Ministério de Educação e Saúde. Cada uma das datas tinha um programa cerimonial específico, com seu público, sua pedagogia, seus temas, seus símbolos e ritos.

As comemorações do primeiro aniversário do Estado Novo, mais comentadas pelos jornais da época, na capital, foram: a inauguração oficial do Palácio do Trabalho construído na Esplanada do Castelo e do busto em bronze do presidente Getúlio Vargas como “homenagem dos trabalhadores”, o título de honra do Centro dos

Operários e Empregados da Light ao presidente, as congratulações do mesmo centro ao ministro do Trabalho, Valdemar Falcão, a parada trabalhista em homenagem à Getúlio Vargas, o discurso do presidente e o desfile do Exército.

De acordo com o jornal *Folha da Manhã*, todos os pontos do país comemoraram o primeiro ano do regime e, na capital, as delegações cariocas se concentraram na Praça Paris, de onde se iniciou o desfile até o prédio do Ministério do Trabalho. O *Correio da Manhã* assim descreveu o evento em São Paulo:

A data de 10 de novembro, em que se comemorou o primeiro aniversário da implantação do Estado Novo, foi festejada em São Paulo de maneira a mais auspiciosa. Do grande Estado Bandeirante partiu a afirmação incontestada de que o seu Governo e o seu povo estão perfeitamente integrados na reforma de novembro e que o apelo, lançado no dia 10 de novembro de 1937, pelo sr. dr. Getúlio Vargas, foi plenamente correspondido⁴.

As notícias acerca das comemorações, seja na capital ou em outros Estados, procuraram expressar o apoio, a gratidão e a união dos Estados, principalmente por meio das declarações dos interventores ou membros diretamente ligados ao governo e ao presidente Getúlio Vargas. Do mesmo modo, nota-se um esforço, desde o primeiro ano das celebrações, por inserir os trabalhadores como parte dos que festejam a chegada do “novo” regime, seja pelos presentes simbólicos para o presidente ou pelas paradas trabalhistas.

⁴ *Correio da Manhã*, 11 de novembro de 1937, p. 6.

“Uma parada trabalhista e várias inaugurações”: assim foi a manchete do jornal *Correio da Manhã* ao anunciar a programação do segundo ano do Estado Novo. A novidade, além das “inaugurações”, esteve no canto do Hino Nacional pelas alunas da Escola Aureliano Leal e nos discursos.

Os primeiros anos do aniversário do Estado Novo não contaram com atenção demasiada do governo para grandes comemorações, quando comparadas com os Primeiros de Maio. Como “pano de fundo” deste primeiro momento do governo, podemos notar um caráter militar bem demarcado, que revelavam um governo e estado fortes.

Com relação às comemorações oficiais do Estado Novo e do decênio de Vargas no poder, o presidente assistiu da sacada do Palácio do Trabalho o desfile de três horas dos operários da capital e dos Estados que mandaram delegações.

Na ocasião foi mencionada a ideia de continuidade e dos feitos, desde a “Revolução de 1930” até o Estado Novo. Essa ideia era anunciada pelas autoridades governamentais, como foi o caso do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema. Em seu discurso, relacionou o 3 de outubro com o 10 de novembro, considerando-as como “datas fundamentais”, que tinham em comum as ideias de atenção aos anseios e salvação nacionais. Dentre os aspectos que estavam inseridos nestes anseios nacionais figuravam a noção de harmonia entre as classes, possibilitada pela conciliação entre o capital e o trabalho e consagrada com a criação do Ministério de Trabalho,

Indústria e Comércio; e a reformulação discursiva do trato da questão social, que passaria de uma questão de polícia para uma política, amparada pela promulgação da legislação trabalhista e pela implementação de políticas sociais. Estes aspectos serviram como base para justificar e motivar a presença dos trabalhadores nas celebrações fundacionais do regime.

Ainda que não fosse a tradição da programação destas celebrações, neste ano, a comemoração também contou com a inauguração do primeiro restaurante popular e o oferecimento de um almoço, por Darcy Vargas, aos operários e a suas famílias no edifício do Aeroporto. Na ocasião discursou Luis Augusto França, presidente da Federação Nacional do Comércio Hoteleiro e representante dos operários no Conselho Nacional dos Trabalhadores, e Eugenio Lodi, presidente da Confederação Nacional das Indústrias.

A partir dos que discursaram, podemos notar que as imagens da conciliação de classes e da reformulação do trato da questão social foram amplamente difundidas e utilizadas ao longo dos anos. Essa composição de membros sustentava essas imagens na medida em que tanto os empregadores quanto os empregados pertenciam à uma mesma nação, que era unida e coesa graças aos “esforços” de Vargas.

Em 1941, a revista *Cultura Política* se tornou um importante instrumento de propaganda para enaltecer o significado e as comemorações do 10 de novembro, por meio de escritos dos ministros e das principais figuras do governo, além de considerações do presidente. Neste ano, a revista contou com uma edição especial,

dedicada à noção de unidade e reintegração, tal como na de paz e prosperidade propiciados pelo governo.

De acordo com o *Correio da Manhã*, as comemorações com o “brilho de todos os anos” contaram com a execução de uma alvorada no Palácio Guanabara, palestras dos manifestantes em saudação ao governo e à Getúlio Vargas, a inauguração do primeiro trecho da Avenida Presidente Vargas, os banquetes oferecidos pelo Exército no Palácio da Guerra e pela Marinha ao Chefe da Nação a bordo do “Almirante Saldanha”, o discurso do presidente Vargas, o desfile de carros, homenagem da Força Aérea Brasileira com sobrevoos ao Palácio da Guanabara e uma moção congratulatória ao presidente Vargas, em nome da Primeira Conferência Nacional de Saúde.

O caráter militar da festa foi reafirmado pelos banquetes e pelos discursos, principalmente pelo contexto do Brasil ter se integrado ao bloco dos Aliados na Segunda Guerra Mundial. Deste modo, a partir de 1942, inicia-se o segundo momento do Estado Novo.

No tocante às consequências econômicas, Gomes (2002) destaca o aumento do custo de vida, o racionamento de produtos básicos e de gêneros de primeira necessidade. Com relação aos trabalhadores, a historiadora ressalta que os “tempos de guerra” seriam marcados pela suspensão da vigência de diversos direitos trabalhistas⁵.

⁵ Em agosto de 1942, por exemplo, o Governo decretou a restauração da jornada de dez horas de trabalho, proibindo a utilização do instrumento legal capaz de contestar tal medida, sob o argumento do “estado de guerra”. Em outubro do mesmo ano, outro decreto suspendia o direito de férias em todas as indústrias consideradas essenciais à segurança nacional. Em dezembro, mais um decreto impedia a mobilidade do trabalho nas chamadas “indústrias de Cordis. Dimensões do Regime Vargas, São Paulo, n. 18, p. 39-81, jan./jun. 2017. ISSN 2176-4174.

O “segundo momento” do governo, entre 1942-1945, pode ser notado pela mudança das manchetes dos jornais, como a da *Folha da Manhã* intitulada “Excepcionais festas cívico-populares assinalarão, hoje, as realizações práticas e objetivas do Estado Novo”. Do mesmo modo, os jornais enalteciam ainda mais o significado do 10 de novembro e o apoio das classes populares.

Assinalamos o amplo uso dos termos “povo” nos jornais. Nossa hipótese sobre a sua utilização, ao invés da classe trabalhadora, é que a palavra tem um significado mais abrangente, revelando um apoio mais amplo ao governo e ao governante ante um momento de crise. É neste contexto também que Vargas, por meio dos seus discursos e da propaganda política, estimula a “batalha da produção” pelos trabalhadores e os soldados, pela “defesa” do ataque dos inimigos internos e externos do governo.

As solenidades do dia, na capital, foram compostas por: toque da alvorada nos jardins do Palácio da Guanabara, manifestações das crianças ao presidente da República, inauguração do novo trecho da Avenida Getúlio Vargas, manifestação e homenagem da Prefeitura do Distrito Federal, encontros com o Exército e a Marinha, uma parada militar, além da celebração magna no Teatro Municipal, que contou com a presença do Presidente Vargas, de todo o Ministério e dos governadores e interventores dos Estados. Destaque nos jornais também foi dada à Exposição do Quinquênio do Estado Nacional na

guerra”, o que transformava literalmente seus empregados em “desertores” em casos de falta e desistência do emprego.

Escola de Belas Artes, onde foi resumido e sintetizado o “Brasil Novo”, que o Presidente Vargas proporcionou aos brasileiros.

Com a Bandeira Nacional como pano de fundo, além das palavras do presidente, também discursaram: Calixto Ribeiro Duarte, pelos empregados; França Filho, pelos empregadores; Cassiano Ricardo, pela imprensa; Alfredo Monteiro, pelas universidades do Brasil; ministro Anníbal Freire, pela magistratura; governador Benedito Valadares; e o ministro Marcondes Filho⁶. A menção detalhada dos que discursaram decorre da reafirmação do governo ao apoio amplo ao regime, nas mais distintas esferas públicas e privadas, sobretudo dos trabalhadores e dos empregadores.

Os discursos das principais autoridades do governo eram divulgados, na íntegra, rememorando as festividades. Desta forma, o regime foi construindo a ideia de consenso e legitimidade, por meio das palavras propagadas pelos principais nomes do governo e dos meios de comunicação disponíveis, que além de reportar na íntegra os discursos políticos e as solenidades, enaltecia o “entusiasmo patriótico” e a “emocionada” participação de todos os brasileiros no “brilho” de todos os anos das grandes solenidades.

O sexto ano do Estado Novo foi anunciado nos jornais com o destaque ao discurso do presidente Vargas e a repercussão social pelo aumento dos salários dos servidores públicos e dos trabalhadores em geral. As solenidades seguiram com alguns aspectos que demonstravam a influência do momento, como a exposição sobre a

⁶ *Folha da Manhã*, 10 de novembro de 1942, p.3.

colaboração brasileira/norte-americana, a inauguração de um arsenal de guerra na praia de São Cristóvão e o banquete para o Presidente Vargas oferecido pela Marinha.

A *Cultura Política* fez uma edição para a comemoração do 10 de novembro. Além dos diversos elogios, dos enaltecimentos aos logros do regime e ao presidente da nação, fez uma alusão à popularidade do chefe do governo e suas condições⁷.

A propaganda política da época tratou de apresentar as várias homenagens do sétimo ano do governo ao presidente Vargas. Cabe notar que grande parte das homenagens partiu do Exército e dos militares, contando com desfiles, esquadrão de cavalaria, inauguração do círculo dos oficiais, banquete de gala oferecido pelo Exército, entre outros. Outros dois meios para divulgação dos logros do governo foram utilizados: *Vargas e o Boletim do Trabalhador*, órgão da Comissão Técnica Sindical, em edição comemorativa com 24 páginas, e os filmes *Esforço de Guerra do Brasil* e *Brasil no Front da Europa*, produzidos pela Divisão de Cinema e Teatro do DIP para divulgar a atuação do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

Concordamos com Capelato (2009) ao afirmar que, em 1945, o governo não conseguia mais impedir ou abafar as manifestações contrárias a ele. A próxima vitória dos aliados, que colocaria em xeque as ditaduras, também tornaria explícitas as contradições do Estado Novo – regime internamente autoritário e externamente favorável à democracia. Os aspectos anunciados enfraqueceriam o

⁷ *Cultura Política*, n. 34, 10 de novembro de 1943, p. 8.

Cordis. Dimensões do Regime Vargas, São Paulo, n. 18, p. 39-81, jan./jun. 2017. ISSN 2176-4174.

prestígio de Vargas, que passou a ser alvo de oposição mais sistemática, o que pode ser notado no trecho extraído do jornal *Correio da Manhã*:

Sem feriado, sem as habituais concentrações de sindicatos e sob o anátema dos verdadeiros brasileiros, passa hoje o 10 de novembro, que poderia ser indiferente a todos nós ou poderia, mesmo, ser uma data simpática por outro qualquer motivo. Ele relembra, porém, o início de um período de ominosa memória, dentro daquele de outros três lustros, que o sr. Getúlio achava tão curto e a nação sempre considerou uma triste e desoladora eternidade. Faz, portanto, hoje, oito anos que uma traição triunfou para nosso descrédito, alinhando-nos entre os povos escravizados por aventureiros totalitários⁸.

Esta passagem mostra como o regime passaria a receber críticas da imprensa, assim como revela as interpretações dos demais setores da sociedade sobre a data e seus significados, ainda que por muito tempo silenciadas. No fim do Estado Novo, os opositores da ditadura puderam divulgar uma interpretação e uma memória distinta da oficial.

Perón, os trabalhadores e os 17 de outubro (1946-1955)

Em 1946, por eleições diretas, Perón foi eleito presidente da Argentina pelo Partido Laborista, sendo reeleito sob a sigla do Partido Peronista em 1951 e derrubado por um golpe militar em 1955. No primeiro governo, Perón contou com o apoio dos trabalhadores, de grupos nacionalistas, setores das Forças Armadas e da Igreja, sob um contexto econômico favorável. Com o fim da Segunda Guerra, o país

⁸ *Correio da Manhã*, do dia 10 de novembro de 1945, p.3.

devedor tornou-se credor graças à colocação de seus produtos agropecuários no mercado europeu. O governo peronista tentou reforçar o setor industrial da economia com a ajuda do setor agrícola, reduzir a influência estrangeira na economia e outorgar ao Estado o papel decisivo na regulamentação da economia com o Plano Quinquenal (1946-1951). Tal situação contribuiu para a melhora do nível de vida dos argentinos, tal como da propagação da imagem de “mundo feliz”⁹.

Deste modo, iniciamos este tópico assinalando o diferencial dos marcos fundacionais do varguismo e do peronismo. O 10 de novembro demarcou o golpe que instaurou uma ditadura, não contando com o apoio ou a atuação dos trabalhadores, enquanto o 17 de outubro demarcou uma grande manifestação popular, composta sobretudo por grande parte dos trabalhadores argentinos, exigindo a liberdade de Perón¹⁰.

Deste modo, o *Dia de la Lealtad* teria um significado simbólico não apenas para Perón como também para os trabalhadores constituindo, inclusive, um momento de disputas simbólicas, o que não ocorreu com o 10 de novembro no Brasil. Novamente, as questões das interpretações destas datas são significativas na medida em que o governo peronista e os trabalhadores produziram comemorações

⁹ A outra face do discurso oficial era a censura e a repressão aos trabalhadores e demais opositores do regime, como o caso da *Central General del Trabajo* (CGT) número 2, de cunho predominantemente comunista, cuja sede foi fechada no dia 21 de julho de 1943 e suas atividades foram proibidas em todo o território nacional. Entre os estudos sobre a atuação dos trabalhadores no Primeiro Peronismo ver Gustavo Contreras (2014).

¹⁰ Cabe dizer que o dia foi resultado de um longo processo político, objeto de disputa pelos distintos setores que participaram e de variadas interpretações historiográficas.

Cordis. Dimensões do Regime Vargas, São Paulo, n. 18, p. 39-81, jan./jun. 2017. ISSN 2176-4174.

distintas. Por essa razão que o regime manipularia a memória do 17 de outubro, inclusive reinventando a história e o significado da data, almejando obter o monopólio da comemoração.

Tal como no Estado Novo, o período entre 1946-1955 não pode ser entendido como um momento homogêneo. Assim, concordamos com a divisão dos períodos de Plotkin (2013), no que se refere ao processo de “peronização” dos espetáculos de poder e de criação do aparato simbólico peronista, em três períodos, a saber: entre 1946 e 1948, caracterizado como um período de luta pelo monopólio do espaço simbólico; entre 1948 e 1950, caracterizado pela institucionalização do aparato simbólico oficial; e entre 1950 e 1955, caracterizado pela cristalização dos rituais políticos peronistas.

O primeiro aniversário da data foi comemorado por eventos de distintos grupos, considerando diversos aspectos e maneiras de realizar. Com relação às comemorações oficiais, a mesma foi organizada pela CGT. De acordo com Plotkin (2013), os festejos do *Dia de la Lealtad* se concentraram em grandes decorações nos prédios ao redor da praça.

O presidente estava acompanhado por Eva Perón, todos os seus ministros e secretários, chefes militares, deputados e senadores partidários. A semana da data contava com uma significativa propaganda com os anúncios dos jornais¹¹ e os discursos pronunciados

¹¹ A imprensa também era controlada na Argentina. Para o controle institucional dos meios de comunicação foram criadas a *Subsecretaría de Informaciones* e a *Secretaría de Prensa y Difusión*, inspiradas na organização nazi-fascista para o controle dos meios de comunicação. De acordo com Plotkin (2013), no começo do regime peronista, a pressão sob a imprensa opositora também era exercida através das quotas de papel importada oferecidas a cada jornal. *Cordis*. Dimensões do Regime Vargas, São Paulo, n. 18, p. 39-81, jan./jun. 2017. ISSN 2176-4174.

pelos dirigentes sindicais, reproduzidos na cadeia nacional de rádio, ressaltando o significado da comemoração. As manchetes já revelavam a ideia da festa como argentina, como: as do *El Laborista*, “17 de octubre. Despertar de la conciencia argentina”; *El Líder*, jornal favorável ao governo, “17 de Octubre! Fiesta Nacional”; e do *Democracia*, “17 DE OCTUBRE: EL PUEBLO reencuentra su patria ignorada”, de 1945”.

Além disto, antes mesmo da comemoração, o *El líder* reservou um caderno especial para a data, além de um espaço, reconstituindo os feitos desde o dia 8 até o 17 de outubro de 1945, dando centralidade à figura de Perón. O *El Laborista* também dedicou longas páginas para a data, inclusive uma história em quadrinho sobre o marco, enquanto o *Democracia* destinou diversos espaços para a rememoração da mesma.

Enquanto estes jornais ressaltavam a importância da data, os demais jornais a tratavam como um acontecimento comum, inclusive reservando espaços menores em seus jornais. As manchetes também sustentaram tais ideias, como: a do *La Nación*, intitulada “Los sucesos del 17 de octubre serán rememorados hoy”; do *Clarín*, “Prepara el acto del 17 la C.G. del Trabajo”; e do *El Mundo*, “Promulgan el feriado del día 17 de Octubre”.

Com o estabelecimento da comissão bicameral em 1950, conhecida como Comisión Visca-Decker, a censura tornar-se-ia norma. Ainda de acordo com o historiador, até o final do governo peronista, o regime controlava, por meio de Carlos Aloé: 16 casas editoriais e agências de notícias, as quais publicavam 29 periódicos e revistas em todo o país; 39 estações de rádio; e mantinha agências de notícias no exterior.

Os jornais também retratariam as comemorações, posteriormente, o que nos remete à ideia da “rememoração” das festas, mencionada na introdução, seja pelos meios de comunicação, seja pelos discursos de Perón. O jornal *El Líder* destacou a importância da data:

Con esa reconcentración evocativa de quien va a escribir su autobiografía, con la tumultuosa alegría de quien recibe un premio ganado con sacrificio, con ese recogimiento respetuoso de quien se sabe ya protagonista de algo que perdurará en la historia de la Patria, fuimos anteayer a la Plaza Mayor (...) (EL LÍDER)¹².

A preocupação do jornal é assinalar a participação popular nos mais distintos pontos do país, tal como ressaltar o espírito democrático e a centralidade do Perón para as transformações políticas e sociais do momento. O jornal também rebateu os comentários de outros, que afirmaram que a concentração não era tão numerosa, o que revelava a importância relativa do acontecimento.

No primeiro ano foi possível ter comemorações alternativas, ligeiramente espontâneas, na capital e no interior. De acordo com Plotkin (2013), embora Perón fosse o protagonista, o regime ainda não tinha o monopólio do significado do dia 17 de outubro. O processo de apropriação da data avançaria no ano de 1947.

A diferença do primeiro para o segundo ano de comemoração consistiria na tentativa de associar e fixar a celebração como data pátria. A partir da convocação e organização pela CGT, os sindicatos

¹² *El Líder*, 19 de outubro de 1946, p. 7.

portariam cartazes com a identificação do lugar e ramo de atividade. A celebração contou com Perón e sua esposa, o vice-presidente Quijano, o governador da província de Buenos Aires, Mercante, altos funcionários da administração pública e da CGT. O diferencial também estava no uso da palavra. Além de Perón, os dirigentes dos trabalhadores, Juan Rodriguez, pela CGT, e Julio César Villada, pela Comissão Intergremial de Homenagem, também discursaram.

As comemorações paralelas perderam espaço devido à monopolização festiva. Em 1947, a data pertencia definitivamente ao regime peronista, sendo possível notar uma forte tendência de repetir certos gestos, como os atos de violência aos jornais anti-peronistas. Até mesmo a cobertura das celebrações, por parte da imprensa peronista, passou a ser mais monolítica que no ano anterior. Os grandes marcos da história de 1945 seriam reformulados e aprimorados, fazendo com que as figuras de Perón e Eva Perón tivessem maior destaque.

Concordamos com Plotkin (2013) ao afirmar que as comemorações do *Dia de la Lealtad*, entre os anos 1948 e 1950, passaram a ter aspectos simbólicos cada vez mais institucionalizados. O primeiro deles é a figura de Perón em um lugar absolutamente central na simbologia do dia. Ainda segundo o autor, a liturgia política da festa seria mantida até que fosse apagada a distinção entre o partido peronista e o Estado, propiciando a personificação de ambos os elementos na figura de Perón. Nesse sentido, a lealdade ao ideal e ao

partido implicava a lealdade à nação e a Perón; logo, ser leal a Perón era ser leal à Argentina.

Esta “institucionalização” dos símbolos também estaria ligada às ideias e aos valores transcendentais, pensados pelo novo secretário da Educação, Oscar Ivanissevich. De acordo com Plotkin (2013), o secretário colaborou para a ritualização da data, a partir da conversão do peronismo em uma verdadeira religião política. Outra inovação foi a participação, como oradores inaugurais, do secretário da CGT, José Espejo, e de Eva Perón, que passaram a discursar nos demais anos. Posteriormente, Perón discursava. Cabe dizer que, antes dos pronunciamentos, em todos os anos, era comum hastear a Bandeira Nacional, tocar o Hino Nacional e a marcha *Los Muchachos Peronistas*¹³.

Com base nos que discursaram nos anos iniciais podemos notar que o governo procurou manter a projeção de imagens de unidade e, sobretudo, de pertencimento dos trabalhadores à “grande obra” do governo. Além dos discursos políticos dos representantes dos trabalhadores, cabe notar os aspectos materiais oferecidos como. Em 1949, Perón passou a condecorar com a medalha peronista, outorgada pelo Conselho Superior da Medalha Peronista, alguns trabalhadores sindicais, e em 1950 foi a inauguração do prédio sede da CGT.

Ainda que os regimes varguista e peronista procurassem inserir os trabalhadores nas comemorações “fundacionais”, podemos notar diferenças significativas entre as mesmas. Entre as diferenças,

¹³ *Mundo Peronista*, ano I, nº 7, outubro de 1948.

Cordis. Dimensões do Regime Vargas, São Paulo, n. 18, p. 39-81, jan./jun. 2017. ISSN 2176-4174.

notamos a condecoração com a medalha peronista para alguns trabalhadores sindicais. Este aspecto revela as distintas formas utilizadas pelos regimes de reforçar a imagem e a ideia do pacto com os trabalhadores. A medalha simbolizava o cumprimento do pacto e o reconhecimento do trabalhador, a partir do “modelo ideal” proposto pelo regime. Já no caso do varguismo, a medalha não era oferecida aos trabalhadores, mas, ao contrário, a si mesmo pelos trabalhadores, o que revela um diferencial entre os pactos estabelecidos.

De acordo com Plotkin (2013), a partir de 1950, a “Doutrina” passa a ser composta, basicamente, pelas imagens de Perón e Eva, não deixando espaço para outros personagens. Para o historiador, isso também decorre da forma como o novo secretário de Informações da Presidência, Raul Alejandro Apold, cuidava da propaganda peronista. O novo secretário procurava aprofundar a “peronização” do Estado e da sociedade, fazendo com que os limites entre o partido e o Estado ficassem difusos. Ademais, a retórica peronista ficaria mais carregada de elementos religiosos, que eram necessários para alcançar o “bem-estar” dos trabalhadores.

A importância dessas festas não estava no ato de celebrar, mas na oportunidade de reafirmar a devoção do povo, sobretudo dos trabalhadores, ao líder e recriar os fundamentos que legitimassem o regime. Nesse sentido, não era por acaso que, em todos os discursos políticos da data, Perón perguntava se estavam satisfeitos com seu governo, se ele representava as ideias dos argentinos e se queriam que ele continuasse com suas obras.

A interação com os trabalhadores durante as comemorações também era um diferencial do peronismo com relação ao varguismo. Além dos tipos de “entrada” ao poder, isto é, um golpe e uma eleição, que possibilitaria esta interação com o público, vale observarmos as distintas formas e estratégias de produzir imagens de legitimidade do poder e apoio dos trabalhadores as políticas implantadas, ao governante e ao regime como um todo.

Exemplo do culto cada vez maior em torno das figuras de Perón e Eva foi o 17 de outubro de 1951. Em decorrência de seu delicado estado de saúde e de seu papel fundamental no imaginário social e político almejado pelo regime peronista, a data foi praticamente dedicada à primeira dama. O presidente anunciava que a comemoração do grande dia deveria ser uma Homenagem de Distinção e Mérito à Eva Perón, que inclusive recebeu a Medalha Peronista e uma medalha especial da CGT (*Comisión Ejecutora de la Ley 25.114*, 2002). Esse aspecto é simbólico na medida em que era condecorada não apenas pelo governo, representado pelo Partido Peronista, como também pelos trabalhadores, a partir da CGT.

Outro aspecto notório deste ano é que, também em homenagem à primeira dama, o feriado do dia 18 de outubro de 1951 não receberia o nome de “San Perón”, mas de “Santa Evita”. A celebração coincidiu com a inauguração oficial dos serviços televisivos na Argentina, que reproduziu as imagens de Perón e Eva, podendo ser assistidos nos aparatos receptores colocados nos edifícios adjacentes à *Plaza de Mayo*, nos bairros e em alguns lugares da grande Buenos Aires. O

caráter religioso contribuía para a “santificação” do governante e de sua esposa, com um feriado com o próprio nome, o que não ocorreu no varguismo.

Em 1952, a comemoração se assemelhava a uma celebração semirreligiosa. Concordamos com Plotkin (2013) ao afirmar que o programa foi meticulosamente traçado, perdendo a pouca espontaneidade que havia lhe sobrado desde o nascimento da data. A comemoração de 1952 se transformou em uma homenagem popular, centrada na memória da primeira dama, pois era o primeiro aniversário que estava ausente.

A comemoração contou com um toque de silêncio seguido do Hino Nacional e da marcha “Evita Capitana”, ao invés de “*Muchachos Peronistas*”. Após a entrega da Medalha Peronista e do discurso de José Espejo foi reproduzido o último contato de Eva com os *descamisados*: o discurso do Primeiro de Maio de 1952. Posteriormente, foi lido o capítulo *Mi suprema voluntad*, do livro *Razão da Minha Vida*, seguido do discurso do Perón. O dia também contou com o primeiro documentário colorido, produzido pela Subsecretaria de Informações, sobre a primeira dama.

Embora Perón tivesse alcançado a legitimidade política, este já era o segundo momento do seu governo, marcado por uma crise econômica e política. Além disso, os subsídios públicos seriam cortados e os salários reais começaram a declinar, o que ocasionou uma sucessão de greves.

O “mundo feliz” do primeiro governo já não existia mais. O descontentamento era visível por parte dos grupos nacionalistas e da igreja, que acabou rompendo com o governo. O cenário foi marcado pelo acirramento da oposição sindical e pelas greves dos trabalhadores. A partir deste momento, é possível notar o caráter autoritário nos discursos de Perón, acompanhado por denúncias diretas à oposição. Tanto os discursos quanto a propaganda peronista personificaram os “antipátrias” na figura de Braden, sendo que aqueles que estavam contra ou que queriam sabotar o regime seriam os demais “Braden” (LAGO, 2015).

O discurso de Perón no *Dia de la Lealtad* de 1953 revela o caráter mais autoritário do regime. O dia também foi composto pelo presidente da República da Nicarágua, o general Anastasio Somoza, além da presença do secretário-geral da CGT, Eduardo Vuletich, e do governador da Província de Buenos Aires, Carlos V. Aloé. Também houve a entrega da Medalha Peronista, sendo que Perón receberia uma Medalha de Reconhecimento pela CGT (*Comisión Ejecutora de la Ley 25.114*, 2002, p. 80). Por fim, também fizeram um momento de silêncio em memória de Eva Perón. Vale ressaltar o aspecto simbólico da troca de medalhas, isto é, Perón entregando uma medalha a um trabalhador e um trabalhador entregando uma medalha a Perón, almejando o reforço do pacto político já estabelecido.

Estamos de acordo com Plotkin (2013) ao afirmar que, até 1955, essas celebrações não poderiam mais ser caracterizadas como festividades populares. O caráter espontâneo e carnavalesco, que

configuravam alguns dos aspectos essenciais de uma festa popular, foram se perdendo ao longo daqueles quase dez anos de governo peronista. Estes rituais acabaram sendo o resultado de um esforço intenso para reformular a memória coletiva e construir o imaginário político almejado a partir da manipulação do significado da data.

Os Primeiros de Maio (1937-1945), Vargas e os trabalhadores

Diferentemente das comemorações fundacionais, os Primeiros de Maio já eram uma data consolidada, com expressiva significação para o proletariado mundial, demandando um esforço maior dos governos para que ser apropriada e reformulada por ambos. No caso do Estado Novo, consideramos que Vargas manteve parte dos traços rituais anteriores, permitindo seu reconhecimento e sua identificação pelos trabalhadores que compareciam às festividades.

Segundo Cássio Tomaim (2006), o que predominou no imaginário do trabalhador, foi o sentido de “festa do trabalho”. Ademais, o Primeiro de Maio foi pensado como uma forma de incentivar a reinvenção de uma identidade coletiva da classe trabalhadora e de estabelecer uma relação entre ela e a legislação trabalhista, mediante os “presentes” da festa.

Desse modo, o dia passou a ser uma festa de exaltação aos trabalhadores que apoiavam o regime, os direitos “concedidos” a eles e, principalmente, o chefe da nação e o regime, que lhe “proporcionaram” tais benesses. Nestes momentos que também eram selados ou renovados o pacto político e o “diálogo direto”,

estabelecido entre o governante e os trabalhadores. A partir de 1938, o Primeiro de Maio passou a ser conduzido pelo governo, com a apresentação de um novo conteúdo simbólico. Assim, diferentemente de outros Primeiro de Maio, este não teria espaço para protestos, greves ou luta de classes, recebendo um novo sentido, como assinalava *O Estado de S. Paulo*:

(...) o 1º de maio tem em todo o mundo um sentido de reivindicações conquistadas com luta e sangue. No Brasil, entretanto, o 1º de maio é uma grande oportunidade, um grande dia de festa, de harmonia e de colaboração das classes trabalhadoras com o Governo e com as outras classes (...) a sua festa de hoje tem outro sentido, um sentido de harmonia, de problemas resolvidos, de compreensão mútua (...) deixou, portanto, de ser uma data exclusivamente proletária, para ser uma comemoração de caráter nacional (...) não há mais no Brasil nenhum clima para a luta de classes (*OESP*, 01.05.1940 apud SCHEMES, 2005, p. 44).

No ano de 1938, a comemoração, relativamente tímida, foi organizada no Palácio Guanabara, dando início a uma nova relação do governo com a data, sob a organização do DNP. Reunidos no Salão Rosa do Palácio Guanabara, os convidados presenciaram a assinatura de dois decretos referentes ao estabelecimento de 22 comissões – representando cada Estado, o Distrito Federal e o território do Acre –, responsáveis por assessorar no estabelecimento do salário-mínimo que seria implantado futuramente e outro referente à isenção de impostos de transmissão para aquisição e construção de casas para operários.

Concordamos com Gomes (2002) ao afirmar que a assinatura dos dois decretos sinalizou um compromisso do governo de

anualmente “presentear” os trabalhadores com iniciativas governamentais no campo social. Além dos decretos, a solenidade contou com as palavras do ministro do Trabalho, Valdemar Falcão, do presidente da União dos Sindicatos dos Empregados do Distrito Federal, Luis Augusto França, e do presidente Getúlio Vargas.

Com relação às celebrações pelos trabalhadores, em 1938, Bilhão (2011) afirma que, na capital, ocorreram sob “liberdade vigiada”, pois, por ordem da Chefatura da Polícia, não poderia ocorrer qualquer tipo de manifestação pública ou ocupação, sob qualquer pretexto, nas ruas da cidade. Dessa forma, os sindicatos e as agremiações, que tinham seu funcionamento assegurado por lei, promoveram “sessões cívicas” seguidas de bailes e outras festividades.

Apesar da cerimônia relativamente tímida, o jornal *Correio do Povo* ressaltou as solenidades, apresentações de bandas e desfiles com a presença de interventores e autoridades militares, além de missas campais que reuniram um público considerável. De acordo com nota do *Jornal do Brasil*, o interventor do Rio Grande do Sul, Cordeiro de Farias, recebeu autorização do governo federal para transportar, gratuitamente, os operários do interior para Porto Alegre para que pudessem participar das festividades do Primeiro de Maio, o que nos leva a crer que o fato ocorreu em outras localidades também.

Em 1939 as comemorações do Primeiro de Maio foram incrementadas tanto na preparação como na divulgação. Dias antes, a imprensa começou a noticiar os preparativos da “grande parada

operária em homenagem ao presidente Vargas”, assim como divulgar algumas instruções para o seu “brilhantismo”.

Ainda sob a direção do DNP, a comemoração foi feita em frente ao Palácio do Trabalho, sendo iniciada com o desfile da Comissão Executiva da União dos Sindicatos, seguida pelos estandartes das Federações, ladeados pelas respectivas comissões executivas. Na sequência desfilaram os sindicatos com seus respectivos estandartes, carregados por associados, cantando o Hino Nacional. Findo o desfile, os discursaram Valdemar Falcão, ministro do MTIC, e, posteriormente, o presidente Vargas.

Estamos de acordo com Bilhão (2011), ao afirmar que, a partir deste ano, verificava-se a transformação da data em momento privilegiado de culto à nação, apagando-se qualquer alusão ao seu caráter internacional. Do mesmo modo, notam-se o controle e a colaboração ambicionados pelo governo a partir das orientações aos trabalhadores.

O ministro do Trabalho teve de lidar com a oposição sindical, que ainda encontrava brechas para se manifestar contra o regime, e com a “boa vontade” patronal. Com essa finalidade, Valdemar Falcão pediu aos estabelecimentos comerciais e industriais, assim como às casas de diversão públicas, que fechassem suas portas entre as 12 e 17 horas daquele dia, para que todos os seus empregados pudessem participar da “imponente demonstração cívica”¹⁴.

¹⁴ Segundo Afonso Henriques (1966), era comum um funcionário do Ministério do Trabalho convocar os presidentes dos sindicatos para, com eles, organizar uma lista em que cada um se comprometia a levar um número de operários para a parada trabalhista. Assim, quando o líder *Cordis*. Dimensões do Regime Vargas, São Paulo, n. 18, p. 39-81, jan./jun. 2017. ISSN 2176-4174.

Por fim, os “presentes” da festa, anunciados pelos rádios e jornais, foram a assinatura de dois novos decretos: o primeiro criando a Justiça do Trabalho¹⁵ e o segundo criando refeitórios para trabalhadores e escolas profissionais para os filhos dos operários.

O Primeiro de Maio, como “espetáculo do poder”, foi propiciado a partir da criação do DIP. A partir de 1940, as comemorações passaram a ser realizadas nos grandes estádios desportivos. Neste ano, as comemorações foram no Estádio de São Januário, o campo de Vasco da Gama, com o ingresso franco e gratuito a todos os que desejassem assistir às festividades.

A extensa programação contou com a participação de artistas do rádio e do teatro com apresentações do Hino Nacional, discursos das autoridades e entregas de diplomas de honra ao mérito a empresários que se adequaram às normas e que mantinham refeitórios para seus empregados. Após as atrações artísticas foi anunciado o “presente da festa” que, naquela ocasião, era a assinatura do decreto-lei que estabelecia o salário-mínimo em todo o país¹⁶.

Na manhã do Dia do Trabalhador de 1941, o presidente Vargas se dirigiu à Praça Onze de Junho. Na tarde daquele dia, o estádio Vasco da Gama, em São Januário, foi novamente palco das comemorações do Dia do Trabalhador. As festividades ocorreram sob

sindical não conseguia levar o número acordado, era advertido e ameaçado com represálias, o que o levava a praticar com o trabalhador métodos “distintos” como a apreensão de carteiras de trabalho antes do grande evento.

¹⁵ A instituição da Justiça do Trabalho só ocorreu, de fato, em maio de 1941, quando um novo anúncio de sua implantação foi feito.

¹⁶ Vale lembrar que a proposta para a sua criação já havia aparecido na Constituinte e tinha sido contemplada na Constituição de 1934, na seção dedicada aos direitos dos trabalhadores. *Cordis*. Dimensões do Regime Vargas, São Paulo, n. 18, p. 39-81, jan./jun. 2017. ISSN 2176-4174.

a coordenação do DNT, do MTIC, sendo que a imprensa publicou, pela primeira vez, uma extensa regulamentação de como deveriam se portar e desfilar cada uma das representações. O DIP ficou responsável pela transmissão, em cadeia nacional, dos discursos de Getúlio Vargas e de Valdemar Falcão que também foram retransmitidos, em ondas curtas, para fora do país.

Com relação à programação do dia, tiveram destaque as apresentações artísticas, o desfile da delegação de “atletas operários”, a execução do Hino Nacional, o discurso de Vargas e a realização de duas partidas de futebol, sendo que uma foi com jogadores profissionais que representavam as zonas Norte e Sul do Rio de Janeiro, e outra entre trabalhadores de distintas categorias profissionais. O “presente da festa” no ano de 1941 foi a instituição, de fato, da Justiça do Trabalho.

Além da programação consagrada, as comemorações do Dia do Trabalhador, em 1942, apresentaram duas “inovações”: a primeira era a presença do novo ministro do Trabalho, Alexandre Marcondes Filho (de 1941 a 1945) e a segunda era a apresentação do evento como “comício cívico militar”.

O caráter militar da festa foi acentuado, principalmente, após a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. O programa cerimonial contou com manifestações das forças mecanizadas do Exército, das Forças de Artilharia e Corpo de Bombeiros e das evoluções da Esquadra da Força Aérea Brasileira. De acordo com Schemes (2005), de maneira geral, nesse Primeiro de Maio, procurou-se reforçar as

ideias de disciplina, hierarquia, ordem, pátria em guerra e soldados da pátria.

O tom de mudança, em curso ainda em 1942, pode ser observado no retorno das festividades da Festa do Trabalhador em 1943 à Esplanada do Castelo, apresentadas como “espetáculo cívico-trabalhista”. O regime buscava ressaltar a importância do “apoio” do povo brasileiro, utilizando-se de vários sindicatos, que convidaram seus associados a se reunirem no Largo da Carioca¹⁷.

Neste ano, as comemorações foram compostas pelo desfile das agremiações e sindicatos, apresentações artísticas, saudações à Bandeira Nacional e ao presidente, assim como os famosos discursos do ministro do Trabalho, Marcondes Filho, e de Vargas. A data foi encerrada com o “presente da festa”. Na ocasião, os trabalhadores receberam a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

A última celebração do Dia do Trabalhador voltou a ocorrer no estádio do Vasco da Gama, sob o formato “cívico-artístico-desportivo”. Em sua programação constavam: os desfiles de delegações sindicais, escoteiros, bandas de fábricas e de militares; apresentações de ginástica e de canto orfeônico; e discursos do ministro do Trabalho e do presidente Vargas. A novidade da edição era a presença do Serviço Nacional da Indústria (Senai), instituído por decreto presidencial em janeiro de 1942.

As insatisfações do regime acabaram retratadas em alguns *Cinejornais* da época. Os jornais da época comentavam a

¹⁷ *Jornal do Brasil*, 1º de maio 1940, p. 6.

movimentação em torno do processo eleitoral e as informações a respeito dos dois pré-candidatos, que iniciavam suas campanhas, e refletiam as críticas cada vez mais abertas da oposição ao regime.

Os Primeiros de Maio (1946-1955), Perón e os trabalhadores

Do mesmo modo que Vargas, Perón também se apropriou dos símbolos, significados e reformulou o Dia Internacional do Trabalhador, constituindo-se também como um momento de esforço pedagógico e de legitimação a partir do destaque à própria imagem.

A incorporação do Primeiro de Maio na Argentina seria facilitada por algumas coincidências. O Primeiro de Maio é o aniversário do pronunciamento de Urquiza, da Constituição Nacional de 1853 e o dia em que o presidente da Nação deve proceder a uma solene inauguração do período legislativo ordinário.

Desde quando ocupava os cargos no governo da “Revolução Nacional”, Perón iniciou um processo de “unificação” dos significados e das celebrações do Primeiro de Maio. A partir de 1944, antes mesmo de ser presidente, o Primeiro de Maio já contava com uma celebração oficial, sendo que Perón já declarava a data como uma oportunidade para manifestar a relação “especial” entre a classe trabalhadora e o governo. Ao assumir o governo, em 1946, este aspecto seria reforçado.

Desde a presidência, Perón incorporou o oficialismo militar-peronista nas festas do trabalho, organizadas pela CGT, em conjunto

com os sindicatos autônomos, do apoio do *Partido Laborista* e da UCR *Junta Renovadora*.

A imprensa também teve um papel importante na divulgação das celebrações, ainda em abril, como mostra o trecho extraído do periódico *El Laborista*:

Por primera vez en la historia del país los trabajadores argentinos esperan el 1° de Mayo, su día (...) Esta será una auténtica fiesta del trabajo, y lo será aún más porque los trabajadores del país están celebrando desde que el hombre galvaniza la confianza y simpatía de todo el proletariado argentino, el coronel Perón, fue confirmado en plebiscito popular como el primer magistrado del pueblo argentino (*apud* PLOTKIN, 2013, p. 111).

Neste trecho podemos observar o significado do Primeiro de Maio, o caráter mais “nacional” da festa e a permissão de manifestações públicas. Com relação ao significado, a data não poderia mais ser compreendida como um momento de manifestar a indignação e ódio do trabalhador ao Estado e aos empresários, mas como uma festa, uma celebração do e para os trabalhadores. Outro aspecto a ser considerado é que, as celebrações públicas, por parte dos grupos, voltaram a ser permitidas.

O governo peronista também enfatizaria que a mesma não poderia mais ser composta por lutas, protestos ou reivindicações, uma vez que o “novo” tempo que os trabalhadores viviam correspondia a uma melhora nas condições de vida e de trabalho, propiciadas pelos seus governos. Do mesmo modo, em ambos os países, os personagens centrais da comemoração deixariam de ser os *Cordis*. Dimensões do Regime Vargas, São Paulo, n. 18, p. 39-81, jan./jun. 2017. ISSN 2176-4174.

trabalhadores, no geral, e passariam a ser os “primeiros” trabalhadores do Brasil e da Argentina, isto é, os líderes, responsáveis pelos “novos” tempos.

As celebrações argentinas adquiriram novas características a partir de 1948, sendo que as concentrações parciais passaram a ser nos respectivos sindicatos e as massivas, inclusive da Grande Buenos Aires, na *Plaza de Mayo*. Além disto, a data passava a contar com o concurso da *Reina Del Trabajo*, e com Eva Perón como protagonista na celebração, inclusive pronunciando um discurso.

Entre os aspectos que diferenciavam as comemorações no Brasil e na Argentina, destacamos a presença das mulheres, a partir dos concursos das *Reinas* e da presença marcante de Eva Perón nas comemorações. Deste modo, enquanto as comemorações varguistas tinham como destaque, predominantemente, os homens, as peronistas também eram compostas por mulheres.

Schemes (2005) mostra que as festas tiveram ampla participação popular, sobretudo, pelo fato da presença ser obrigatória em alguns setores como: escolas particulares e públicas, Forças Armadas, Corpo de Bombeiros, Polícia Militar e Especial, bandas, corais, grupos de danças, grupos de teatro, escoteiros e sindicatos. Nessas ocasiões, em decorrência do grande contingente de pessoas da Grande Buenos Aires, preparava-se um esquema especial de transporte e assistência médica.

No ano de 1949, Perón contou com a participação das tropas militares. Outra “novidade” da festa foi a inclusão da canção *Los muchachos peronistas*, que já estava presente nos 17 de outubro.

A partir deste ano, o governo ordenou que todas as celebrações do Primeiro de Maio não peronistas deveriam ser antecipadas para o dia 30 de abril, para que não interferissem na celebração oficial. Assim, o governo de Perón asseguraria o monopólio simbólico do Primeiro de Maio, sem proibir as celebrações alternativas.

Os jornais e as revistas peronistas apresentavam o Primeiro de Maio como uma festa “nacional”, da qual participavam não apenas a classe trabalhadora, mas todos os setores da sociedade. Do mesmo modo também transmitiam a ideia da presença das “novas” massas e do caráter pacífico, celebrativo e grato das festas.

Por volta de 1950, o governo de Perón tinha construído um sentido e um significado oficial para o Dia do Trabalhador. Neste momento também já não se tinha mais espaço para interpretações ou celebrações alternativas públicas.

Com a entrada de Apold, a diferença esteve nos ataques diretos à oposição e nos discursos mais agressivos, já mencionados no segundo tópico deste artigo. Com o acirramento das disputas com a oposição e os ataques por meio dos discursos e da imprensa, o Primeiro de Maio retornou a sua herança da “tradição combativa”.

Grosso modo, as celebrações do Primeiro de Maio que seguiram ainda contavam com o hasteamento da Bandeira Argentina, ainda pela manhã, com a execução do Hino Nacional e da marcha dos

Muchachos Peronistas, peças teatrais, os discursos na varanda da Casa Rosada do secretário da Central Trabalhadora, de Perón e de Evita, um festival de música, de danças folclóricas e a eleição da *Reina del Trabajo*.

Vale destacarmos os distintos papéis dos trabalhadores nos espetáculos de poder no varguismo e no peronismo. No caso da ditadura varguista, o trabalhador aparece em uma posição “passiva”, sem “voz”, isto é, não compõem os discursos da comemoração, enquanto no peronismo, o trabalhador aparece em uma posição “ativa”, com “voz”, isto é, na ocasião dos Primeiros de Maio, o Secretário da *Central General de los Trabajadores* (CGT) discursava, além de, no governo, alguns cargos importantes serem atribuídos aos trabalhadores sindicalizados¹⁸. Estes distintos papéis também reforçam as imagens da ditadura varguista ser um governo “para” os trabalhadores e o primeiro peronismo ser um governo “para” e “dos” trabalhadores.

Os anos de 1951 e 1952 foram contagiados por um tom de tristeza, decorrente da avançada doença e tratamento de Eva Perón. Nesse sentido, a primeira dama recebeu homenagens tanto no Congresso quanto na festa, sendo coroada como *Reina del Trabajo*.

Os anos posteriores foram celebrados com as programações comentadas, mas contaram também com grandes homenagens, seja

¹⁸ Como da Secretaria de Trabalho e Previdência, posteriormente, Ministério do Trabalho, dirigido por José Maria Freire, do grêmio dos vidraceiros, do Ministério do Interior, dirigido por Ángel Borlenghi, dos empregados do comércio, entre outros.
Cordis. Dimensões do Regime Vargas, São Paulo, n. 18, p. 39-81, jan./jun. 2017. ISSN 2176-4174.

por meio de cartazes, da propaganda política ou dos discursos, à “Chefe Espiritual da Nação”, Eva Perón.

Os ataques à oposição aumentaram nas comemorações dos últimos anos de Perón, especialmente em seus discursos políticos nestes momentos. A data também foi marcada pelo discurso do orador da CGT e pelas placas dos trabalhadores, que expressavam seu apoio a Perón por meio dos cartazes e dos gritos: “Muera la oligarquía asesina!”, “Mueran los traidores y vendepatrias!”, “La vida por Perón!”, “La vida por Perón!”.

Com relação aos “inimigos” da pátria, Sigal e Verón (2010) assinalam que tal construção dos inimigos da pátria seria inseparável da imagem da sombra. O inimigo era oculto, estava escondido, infiltrado, operando na sombra. A ideia de sombra proposta também é sustentada pelo argumento de a verdade estar com Perón e, portanto, ser a luz, opondo-se à escuridão dos inimigos da pátria. Assim, o inimigo observa enfurecido como Perón realizava e resolvia os verdadeiros problemas argentinos, sobretudo no âmbito social (LAGO, 2015).

O Primeiro de Maio de 1954 iniciou-se com a mensagem de Perón no Salão da Constituição Justicialista, a qual detalhava suas ações nos âmbitos político, econômico e social, por ocasião do 88º período legislativo. No período da tarde, o presidente dirigiu seu discurso político na *Plaza de Mayo*. As festividades foram compostas pela proclamação da *Reina del Trabajo* e apresentações artísticas populares.

Por fim, as comemorações do Dia do Trabalhador de 1955 seguiram o mesmo tom e programação dos anos anteriores, mas, assim como as do Estado Novo, as comemorações do dia não foram capazes de ocultar a crise política que o governo enfrentava e mesmo o golpe de estado que se aproximava.

Considerações Finais

De modo geral, as quatro festividades tinham como objetivo a construção e promulgação das ideias dos “novos” governos, que propiciaram a conciliação de classes e, portanto, a harmonia nos dois países, assim como a reformulação do trato da questão social, que possibilitou melhores condições de vida e de trabalho para as bases políticas governamentais. No centro das festividades estavam as noções de apoio, consenso e legitimidade política e as figuras dos governantes, amparadas pelos trabalhadores, que estavam em segundo plano.

De modo específico, cada festividade tinha particularidades, seja pelas primeiras representarem as chegadas dos governantes ao poder, seja pelas segundas representarem, historicamente, as lutas dos trabalhadores contra as injustiças sociais. Ainda sobre as primeiras, fundacionais, observamos que, embora Vargas e Perón estivessem construindo as imagens e as relações que almejavam com os trabalhadores, os tipos de relação e as formas empregadas foram muito variadas. No caso brasileiro, o 10 de novembro representava um golpe de estado, que não foi amparado pelos trabalhadores e não

disputado, simbolicamente, como festividade pelos trabalhadores, como no caso do 17 de outubro na Argentina.

Diferentemente do 10 de novembro para Vargas, o 17 de outubro tinha uma importância simbólica maior para Perón revelada nos “presentes” e condecorações oferecidas nestes espetáculos. Outra forma de notar a importância é que os 17 de outubro na Argentina eram tão ou mais celebrados que os Primeiros de Maio, diferentemente do caso brasileiro em que apenas os Primeiros de Maio tinham grandes celebrações, em estádios desportivos. No que se refere à relação e as imagens dos governos, o varguismo projetaria imagens de um governo *para* os trabalhadores e o peronismo como um governo *para, de e dos* trabalhadores.

Em ambos os países, houve um esforço para a apropriação e ressignificação da data. Uma estratégia comum foi se utilizarem das imagens dos “novos” momentos, que propiciaram as melhores condições mencionadas, para projetar as noções de que os Primeiros de Maio não eram mais combativos, senão festivos, comemorativos. Os dois governantes também ofereceram presentes, condecorações, nas datas e convidaram atores políticos dos distintos setores, como uma forma de projetar o mais amplo apoio e consenso político em torno de seus governos. Dentre os aspectos que marcam as diferenças das comemorações nos dois países, podemos assinalar a tentativa de apagamento da histórica luta dos trabalhadores no Brasil por parte de Vargas, enquanto Perón não apagou, mas ressignificou a história, se colocando como o condutor dos trabalhadores.

Finalmente, um outro aspecto comum é que, embora buscassem atingir os “corações” e “mentes” dos trabalhadores e produzir imagens de apoio, coesão e legitimidade destes governos, as recepções são múltiplas e complexas, justamente pela importância do sentido destas produções.

Referências

Bibliografia

- BALANDIER, George. *O poder em cena*. Brasília: UnB, 1980.
- BILHÃO, Isabel. “Trabalhadores do Brasil!: as comemorações do Primeiro de Maio em tempos de Estado Novo varguista”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, num. 62, p. 71-92, 2011.
- CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- COMISIÓN EJECUTORA DE LA LEY 25.114 (2002). *Perón y el 17 de Octubre (1945-1974)*. Buenos Aires: Biblioteca del Congreso de la Nación, 2002.
- CONTRERAS, Gustavo Nicolás; MARCILESE, José (org). *Dossier “Los trabajadores durante los años del primer gobierno peronista. Nuevas miradas sobre sus organizaciones, sus prácticas y sus ideas (1946-1955)*.
- GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- HENRIQUES, Afonso, *Ascensão e queda de Getúlio Vargas*, 3 volumes, Editora Record, São Paulo, 1966.

JAMES, Daniel. *Resistencia e integración: el peronismo y la clase trabajadora argentina*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2013.

JELIN, Elizabeth. *Las conmemoraciones: las disputas en las fechas "in-felices"*. Madri: Siglo Veintiuno, 2002.

LAGO, Mayra Coan. *Trabalhadores do Brasil, Mis Queridos Descamisados: a (re) invenção dos trabalhadores no varguismo e no peronismo*. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Integração da América Latina)- Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo-SP. 2015.

PLOTKIN, Mariano Ben. *Mañana es San Perón: propaganda, rituales políticos y educación en el régimen peronista (1946-1955)*. Sáenz Peña: Editorial de la Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2013.

PRADO, Maria Ligia Coelho. "Repensando a história comparada na América Latina". *Revista de História*, num. 153, p. 11-33, 2005.

SCHEMES, Cláudia. *As festas cívicas e esportivas no populismo: um estudo comparativo dos Governos Vargas (1937-1945) e Perón (1946-1955)*. Novo Hamburgo: Feevale editora, 2005.

SIGAL, Silvia; VERON, Eliseo. *Perón o muerte: los fundamentos discursivos del fenómeno peronista*. Buenos Aires:Eudeba, 2010.

TOMAIM, Cássio dos Santos. "*Janela da alma*": cinejornal e Estado Novo- fragmentos de um discurso totalitário. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2006.

Fontes

Periódicos brasileiros: *Cultura Política, Correio da Manhã, Correio do Povo, Folha da Manhã, Jornal do Brasil, O Estado de São Paulo*

Periódicos argentinos: *Clarín, Democracia, El laborista, El líder, El mundo, La Nación, Mundo Peronista*